RESUMO EXPANDIDO - MODALIDADE: APRESENTAÇÃO ORAL

Entre uma Governança Migratória restritiva e a retomada da participação social de imigrantes: Um balanço da II COMIGRAR

RESUMO

A dinâmica contemporânea das migrações internacionais no Brasil tem se caracterizado por medidas que reforçam o securitivismo da gestão migratória. As “migrações dirigidas” expressam um controle direto do Estado e das Forças Armadas sobre a mobilidade, o que resulta em entraves importantes à autonomia do migrante e à sua mobilização e participação social. Neste contexto, a II Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, a II Comigrar, explicitou, de um lado, dificuldades históricas de acesso de imigrantes e refugiados à cidadania, e, de outro, relevou novas iniquidades de acessos a serviços públicos e desigualdade de tratamento pelo Estado brasileiro. Este artigo tem por objetivo aprofundar as reflexões sobre a participação do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO / UNICAMP) na II COMIGRAR, particularmente na etapa preparatória, que consistiu em discussões locais com imigrantes e refugiados, bem como em realizar um balanço crítico da etapa nacional da Conferência, realizada em Brasília, entre os dias 08 e 10 de Novembro de 2024. A metodologia engloba revisão bibliográfica sobre conceitos como participação social de migrantes e redes migratórias, importantes para compreender os distintos contextos de mobilização para a Conferência, e análise dos materiais de relatoria produzidos sobre as discussões pré-locais realizadas pelo Observatório das Migrações em São Paulo na etapa preparatória da II Comigrar e o Caderno Final da Conferência. O Observatório das Migrações em São Paulo realizou 11 discussões locais, nas cidades de São Paulo e Campinas, abarcando mais de 200 imigrantes de mais de 20 nacionalidades diferentes (com destaque para haitianos, bolivianos, peruanos, paraguaios, cubanos, venezuelanos, afegãos e sírios), entre os meses de Fevereiro e Março de 2024, e participou da etapa final da Conferência. Os resultados preliminares desta pesquisa ainda em curso indicam, dentre outros pontos, o descenso da participação social de imigrantes no país, a existência de novos sujeitos sociais e a crescente politização da questão migratória no Brasil.

Palavras-chave

Imigração internacional; Governança Migratória; Participação Social de Migrantes; II Comigrar; Acesso à Direitos.

Introdução

No ano de 2024, ocorreu no Brasil a II Conferência Nacional de Imigrações, Refúgio e Apatridia, a II COMIGRAR. A II Conferência evidenciou, desde o seu anúncio, desafios como o de oportunizar a participação protagônica de imigrantes e a formulação de políticas públicas para imigrantes. Se na I COMIGRAR, realizada em 2014, os desafios giravam entorno à revogação do Estatuto do Estrangeiro e criação de uma Lei de Migração assentada em princípios humanitários (o que ocorreu apenas 3 anos depois, parcialmente e sob vetos importantes), os desafios da II COMIGRAR residiram na criação de mecanismos de regulamentação desta Nova Lei de Migração (Ramos, Vedovato e Baeninger, 2020), e na igualdade de acesso a serviços públicos .

Este trabalho tem como objetivo aprofundar as reflexões sobre a participação do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO / UNICAMP) na II COMIGRAR, particularmente na etapa

preparatória, que consistiu em discussões locais com imigrantes e refugiados, bem como em realizar um balanço crítico da etapa nacional da Conferência, realizada em Brasília, entre os dias 08 e 10 de Novembro de 2024. Pretende-se realizar este balanço não apenas refletindo sobre o processo de mobilização e participação social de imigrantes como, sobretudo, analisando os limites impostos por estes processos pela Governança Migratória do Governo Lula, particularmente medidas recentes que restringem à emissão de vistos de ajuda humanitária para imigrantes haitianos e dificultam o próprio direito à solicitação de refúgio para migrantes em trânsito.

A Governança Migratória no Brasil tem se caracterizado pela manutenção de aspectos securitários vigentes nos Governos Temer e Bolsonaro, como a concentração de secretarias e políticas voltadas à imigrantes e refugiados no Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), a militarização da gestão migratória e a tutela migratória exercida pelo Estado, através da Operação Acolhida, e de portarias recentes, como a Nota Técnica Nº 18/2024/ Gab-Demig / Demig / Senajus / MJ, que retira a cobertura e a proteção da Nova Lei de Migração aos migrantes de trânsito no Brasil e dificulta a solicitação de refúgio, e a Portaria Interministerial MJSP / MRE Nº 51, que restringe a concessão de visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária para haitianos.

Este trabalho apresenta a seguinte pergunta de partida: que relações a mobilização e participação social de migrantes estabelecem com a Governança Migratória em curso, e qual o papel da II Comigrar nesta relação? Nossa hipótese é de que a Governança Migratória brasileira, em especial em razão dos aspectos que caracterizam a manutenção do securitismo, promovem “migrações dirigidas” (Baeninger, Demétrio e Domeniconi, 2022), que quitam autonomia de imigrantes e refugiados, impondo limites à sua participação social (Lanza e Lemes, 2023). Problematisa-se em que medida a participação social de imigrantes e refugiados promove o acesso a direitos e a igualdade de tratamento nos serviços públicos, considerando que tanto o acesso como o tratamento apresentam especificidades que nos exigem refletir à luz do conceito de redes migratórias.

Material e Métodos

Esta pesquisa ampara-se, além de em ampla revisão bibliográfica sobre mobilização e participação social de migrantes e redes migratórias, na análise dos materiais produzidos sobre as discussões pré-locais realizadas pelo Observatório das Migrações em São Paulo na etapa preparatória da II Comigrar. No Estado de São Paulo, foram realizadas 11 discussões locais, nas cidades de São Paulo e Campinas, abarcando mais de 200 imigrantes de mais de 20 nacionalidades diferentes, entre os meses de Fevereiro e Março de 2024.

Na cidade de São Paulo, foram realizadas pré-discussões locais com a comunidade haitiana de Guaianases (bairro vulnerável da Zona Leste), na Igreja Batista do bairro; com estudantes haitianos de pós-graduação, na União Social dos Imigrantes Haitianos (USIH), centro da cidade; com trabalhadores migrantes latino-americanos do CAMI, Centro de Apoio e Pastoral do Imigrante, centro da cidade; com alunos e professores do curso de português para imigrantes da Missão Paz e da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Espaço de Bitita”, ambos no centro da cidade; com venezuelanos vinculados à Associação Nacional de Imigrantes Venezuelanos (ANIV), na UNESP; e com imigrantes paraguaios, na Missão Paz. Na cidade de Campinas, foram realizadas outras três pré-discussões locais, no Grupo de Estágio Humanitário, com alunos imigrantes da Unicamp; no Tribunal Regional do Trabalho, com imigrantes e desembargadores que atuam junto a imigrantes; e no Grupo do CIIMDAB - Portugal e Brasil, com pesquisadores e emigrantes brasileiros.

Os relatórios destas discussões e as propostas elaboradas nas rodas de conversa constituem material importante para a reflexão teórica sobre as dificuldades relatadas pelos imigrantes e refugiados. O Caderno Final de Proposições da II Comigrar, por sua vez, permite refletir sobre os principais objetivos da mobilização de imigrantes e refugiados, as barreiras institucionais existentes e as demandas discutidas e defendidas na etapa nacional.

Resultados

Como parte de estudo ainda em curso, este trabalho logrou alcançar alguns resultados importantes:

- i) A mobilização e participação social de imigrantes no Brasil passa por um momento de refluxo, em razão de questões relacionadas não apenas à Governança Migratória em si e à ausência de política migratória no país (Ramos, Vedovato e Baeninger, 2020), como também em decorrência de fatores econômicos, políticos e sanitários (Magalhães, Bógus e Baeninger, 2021);
- ii) Relacionada ao resultado anterior, as “migrações dirigidas”, que expressam a tutela migratória a que está submetido o principal fluxo migratório contemporâneo no país, a imigração venezuelana, exigem uma compreensão contextualizada sobre as condições que inibiram, no Estado de São Paulo, estes imigrantes de uma participação mais ativa nas discussões da II Comigrar;
- iii) Comparativamente às mobilizações para a primeira edição da Comigrar, realizada dez anos antes, a II Comigrar revela a existência de novos sujeitos sociais, expressos não apenas em uma maior diversidade de sujeitos migrantes, decorrente da expansão das migrações Sul-Sul na última década (Baeninger et al, 2018), mas também na maior profusão de ONGs e entidades religiosas, que tendem a privilegiar refugiados a partir de abordagem voltada ao empreendedorismo.

Conclusões

Ademais dos resultados acima obtidos, a pesquisa tem salientado aspectos mais gerais da dinâmica migratória brasileira, dos quais salientamos a crescente politização das migrações (Brito, 2013) em curso no país. A questão migratória converteu-se em aspecto central da disputa político - ideológica, sobretudo nos países da Comunidade Europeia e nos Estados Unidos. Em termos conceituais, esta disputa se expressa na oposição entre as noções de “crise migratória” e “migração de crise” (Baeninger e Peres, 2017; Magalhães, Baeninger e Bógus, 2024). No Brasil, uma das expressões desta politização é o fato de que alguns estados governados pela extrema-direita impuseram obstáculos à realização das etapas locais e não realizaram suas conferências estaduais da II Comigrar. Por outro lado, no âmbito federal, a questão migratória segue sendo secundarizada e concentrada no Ministério da Justiça, o que também é uma decisão política. A disputa por cargos dentro de um governo de coalizão explica, por seu turno, as mudanças na equipe do Departamento de Migração e as próprias incertezas quanto à data e ao local de realização da II Comigrar. As tensões existentes entre distintos sujeitos sociais, sobretudo as ONGs, destas em relação aos grupos acadêmicos, e entre associações migrantes revelam que a politização da questão migratória no Brasil exige um estudo aprofundado, tendo em vista a interseccionalidade de raça, nacionalidade, classe e gênero nestas tensões, além da própria tensão central entre Governança Migratória e participação social de migrantes.

Referências:

- BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lucia Maria Machado; MOREIRA, Julia Bertino; VEDOVATO, Luís Renato; FERNANDES, Duval; SOUZA, Marta Rovey de; BALTAR, Cláudia Siqueira; PERES, Roberta Guimarães; WALDMAN, Tatiana Chang; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires (Orgs). **Migrações Sul - Sul**. Campinas - SP, Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2018.
- BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Joice de Oliveira. **Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil**. In: Revista Latinoamericana de Población, n. 16, 2021.
- BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. **Migração de Crise: A migração haitiana para o Brasil**. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais (REBEP), Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119-143, jan./abr. 2017.
- BRITO, Fausto. **A politização das migrações internacionais: direitos humanos e soberania nacional**. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais (REBEP), Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 77-97, jan./jun. 2013.
- LANZA, Líria Maria Bettiol; LEMES, João Ricardo. **Mobilização de migrantes e movimentos sociais: a construção de lutas convergentes na década de 2010**. In: Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 34, n. 1, p.01-27, 2023.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lucia (Coords); SANTOS, Aline Lima; FERNANDES, Caio; SILVA, Camila Rodrigues da; CHAVES, Fátima; ZUBEN, Catarina Von; DOMENICONI, Joice; BRESSAN, Laís Meneguello; SANTOS, Viviane. **Migrações e Refúgio: Temas emergentes no Brasil**. Campinas - SP: Núcleo de Estudos de População ‘Elza Berquó’ (NEPO / UNICAMP), 2024.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BÓGUS, Lucia; BAENINGER, Rosana. **Covid-19 e imigração internacional na Região Metropolitana de São Paulo**. In: REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 29, n. 61, abr. 2021.
- RAMOS, André de Carvalho; VEDOVATO, Luís Renato; BAENINGER, Rosana (Coords). **Nova Lei de Migração: Os três primeiros anos**. Campinas - SP: Núcleo de Estudos de População ‘Elza Berquó’ (NEPO / UNICAMP), 2020.